

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 00.654.914/0001-76 DUNS®: 915895676

Razão Social: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA

Nome Fantasia: SENENGE CONSTRUCAO

Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 28/02/2023

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta

Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Sem Informação

FGTS Validade: 28/06/2022 Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao) Validade: 09/10/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 30/09/2022 Receita Municipal Validade: 03/08/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: 31/05/2022 (*)

Emitido em: 20/06/2022 10:41 1 de 1



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: **00.654.914/0001-76** DUNS®: **915895676**

Razão Social: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA

Nome Fantasia: SENENGE CONSTRUCAO

Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I

UASG Sancionadora: 200124 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MA

Data Aplicação: 10/01/2022

Número do Processo: 08665.002680/2020 Número do Contrato: nª 01/2017

Descrição/Justificativa: Acolho as fundamentações contidas na ORIENTAÇÃO Nº

135/2021/DIC/CCP/CGA/DIAD (SEI n^a 38022242), conforme admite o art. 50 da Lei n^a 9.784/1999, e, nelas balizadas, DECIDO conhecer o Recurso Administrativo (SEI n^a 28446492) interposto pela empresa SENENGE CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n^a 00.654.914/0001-76, para, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, de maneira a manter a penalidade de ADVERTÊNCIA, com lastro na cláusula 11.2.1 do Contrato Administrativo n^a 14/2017 (SEI n^a 25527180). DECISÃO

ADMINISTRATIVA $N^2 = 6/2022/CGA$ (SEI $n^2 = 38464342$).

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I

UASG Sancionadora: 70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

Data Aplicação: 16/09/2005 Número do Processo: 14.408/2004

Descrição/Justificativa: À EMPRESA SENENGE ENGENHARIA LTDA FOI APLICADA, EM

28/06/2005, A PENA-LIDADE ADMINISTRATIVA DE ADVERTÊNCIA, PREVISTA NO ART. 87, INCISO I DALEI 8.666/1993, POR ATRASO NA

EXECUÇÃO DO CONTRATO N.ª 60/2004.

Emitido em: 20/06/2022 10:41 1 de 7

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 510120 - GERÊNCIA EXECUTIVA BELÉM/PA

Data Aplicação: 13/01/2012

Número do Processo: 35166.000492/2009 Número do Contrato: 60/2009

Descrição/Justificativa: Face aos constantes atrasos injustificados no cronograma da obra por exclusiva

iniciativa decorrente da negligência técnica da contratada, que por diversas vezes precisou realizar a substituição de materiais empregados que estavam fora

das especificações técnicas, descumprindo cláusulas contratuais.

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I

UASG Sancionadora: 160215 - COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 8ª REG MILITAR

Data Aplicação: 17/05/2022

Número do Processo: 64330002149202115 Número do Contrato: 01/2021

Descrição/Justificativa: Atraso no cumprimento do cronograma acordado.

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I

UASG Sancionadora: 925942 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Data Aplicação: 28/04/2016

Número do Processo: PA-MEM-2016/06305 Número do Contrato: Contrato nª 34/2015

Descrição/Justificativa: Descumprimento do parágrafo oitavo da cláusula décima primeira do Contrato

nº 34/2015, nos termos do previsto no item "a", da cláusula décima quarta c/c

os artigos 77 e 78, incisos I e II da Lei nª 8666/93.

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I

UASG Sancionadora: 925942 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Data Aplicação: 16/02/2022

Número do Processo: PRO-2021/03128.01 Número do Contrato: 043/2021

Descrição/Justificativa: Atraso na execução do serviço, descumprindo as obrigações assumidas no

Contrato n^a 043/2021

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei n^a 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato

UASG Sancionadora: 200111 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PA
Data Aplicação: Valor da Multa: R\$ 226.134,42

Número do Processo: 08652009543201948 Número do Contrato: 21/2018

Descrição/Justificativa: Inexecução parcial do Contrato 21/2018, nos termos do art. 87, II e III, da

Lei nº 8.666/93 e itens 23.9 e 23.19 do Projeto Básico vinculado ao Contrato

2 de

21/2018.

Emitido em: 20/06/2022 10:41

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei n^a 8666/93, art. 87, inc. II

Motivo: Outros

UASG Sancionadora: 200111 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PA

 Data Aplicação:
 07/03/2022
 Valor da Multa:
 R\$ 4.703,92

 Número do Processo:
 08652009600201999
 Número do Contrato:
 21/2018

Descrição/Justificativa: Descumprimento do item 9.1 do Contrato 21/2018, nos termos do art. 87, II,

da Lei nº 8.666/93 e item 23.10 do Projeto Básico vinculado ao contrato

21/2018.

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II

Motivo: Outros

UASG Sancionadora: 200124 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MA

 Data Aplicação:
 10/01/2022
 Valor da Multa:
 R\$ 98.549,89

 Número do Processo:
 08665.002680/2020
 Número do Contrato:
 01/2017

Descrição/Justificativa: Ante o exposto, esta Divisão de Análise de Inadimplemento contratual

manifesta-se, SMJ., pelo conhecimento e, no mérito, pelo improvimento do Recurso, ora em análise, mantendo a decisão primária exarada pela autoridade recorrida, conforme DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 138/2020/SPRF-MA (SEI nº 27994816), que entendeu pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, com lastro na cláusula 11.2.1 do contrato descumprido c/c o art. 87, inciso I, da Lei 8.666/93 e de MULTA MORATÓRIA no valor de R\$ 98.549,89 (noventa e oito mil, quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos), com lastro na cláusula 11.2.3 do contrato descumprido c/c o

art. 86 da Lei 8.666/93.

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II

Motivo: Outros

UASG Sancionadora: 70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

Data Aplicação: 08/04/2008 Número do Processo: 144082004

Descrição/Justificativa: Multa aplicada em 19/11/07.

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II

Motivo: Outros

UASG Sancionadora: 80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A.REGIAO Data Aplicação: 01/10/2018 Valor da Multa: R\$ 280.403,40

Número do Processo: 1891/2016 Número do Contrato: 101/2013

Descrição/Justificativa: A penalidade de multa fica corrigida para o valor de R\$ 280.403,40 (duzentos e

oitenta mil, quatrocentos e três reais e quarenta centavos), com fundamento na

decisão Acórdão TRT/PL/RA 0010035-45.2018.5.08.000.

Emitido em: 20/06/2022 10:41 3 de 7

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei n^a 8666/93, art. 87, inc. II

Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato

UASG Sancionadora: 510120 - GERÊNCIA EXECUTIVA BELÉM/PA

Data Aplicação: 16/06/2015 Valor da Multa: R\$ 53.471,88 Número do Processo: 35166000492/2009- Número do Contrato: 60/2009

Descrição/Justificativa: Face ao descumprimento das regras contratuais, Contrato nº 60/2009, Processo

^a 35166000492/2009-19, Concorrência 12/2009, Obra: Construção da

Aps/Viseu/Pa.

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei n^a 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato

UASG Sancionadora: 510120 - GERÊNCIA EXECUTIVA BELÉM/PA

Data Aplicação: 05/05/2015 Valor da Multa: R\$ 58.151,98 Número do Processo: 35166003284/11-49 Número do Contrato: 10/2012

Descrição/Justificativa: Não execução integral do contrato.

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II

Motivo: Outros

UASG Sancionadora: 160215 - COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 8ª REG MILITAR

Data Aplicação: 17/05/2022 Valor da Multa: R\$ 30.061,15

Número do Processo: 64330002149202115 Número do Contrato: 01/2021

Descrição/Justificativa: Atraso na entrega de projetos de arquitetura, descumprindo cláusula contratual.

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II

Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato

UASG Sancionadora: 925942 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Data Aplicação: 03/05/2017 Valor da Multa: R\$ 17.490,77

Número do Processo: PA-MEM-2016-31009 Número do Contrato: Contrato 34/2015

Descrição/Justificativa: Com fundamento na Cláusula Décima Quarta, alínea d, considerando o

descumprimento do prazo para execução dos serviços.

Emitido em: 20/06/2022 10:41 4 de 7

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III

Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato

UASG Sancionadora: 80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A.REGIAO

Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador

Prazo: Determinado

 Prazo Inicial:
 27/12/2017
 Prazo Final:
 26/12/2019

 Número do Processo:
 1891/2017
 Número do Contrato:
 101/2013

Descrição/Justificativa: Aplicar a penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e

impedimento de contratar com a Administração do Tribunal, pelo prazo de

dois anos. pORTARIA trt8/presi 1329/2017

Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III

Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato

UASG Sancionadora: 510120 - GERÊNCIA EXECUTIVA BELÉM/PA

Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador

Prazo: Determinado

Prazo Inicial: 13/10/2015 Prazo Final: 12/10/2017 Número do Processo: 3516600492/09-19 Número do Contrato: 60/2009

Descrição/Justificativa: Suspensão de 02 anos de licitar com administração do INSS. Por inexecução

parcial do contrato nº 60/2009.

Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III

Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato

UASG Sancionadora: 925942 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador

Prazo: Determinado

Prazo Inicial: 03/05/2017 Prazo Final: 03/11/2017

Número do Processo: PA-MEM-2016/31009 Número do Contrato: Contrato 34/2015

Descrição/Justificativa: Com fundamento na Cláusula Décima Quarta, alínea b, considerando o

descumprimento do prazo para execução dos serviços.

Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência: Art. 87, incisos II e III da Lei Federal nº 8.666/93

Motivo: Art. 87, incisos II e III da Lei Federal nº 8.666/93

UASG Sancionadora: 200111 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PA

Âmbito da Sanção: Município

Prazo: Determinado Impeditiva: Sim

Prazo Inicial: 04/03/2022 Prazo Final: 04/06/2022

Data Aplicação: 04/03/2022

Número do Processo: 08652009543201948 Número do Contrato: 21/2018

Descrição/Justificativa: Inexecução parcial do Contrato 21/2018, nos termos do art. 87, II e III, da

Lei nª 8.666/93 e itens 23.9 e 23.19 do Projeto Básico vinculado ao Contrato

21/2018.

Emitido em: 20/06/2022 10:41 5 de

Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I

Motivo: Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I

UASG Sancionadora: 176019 - BB - CSL - BELO HORIZONTE (MG)

> Impeditiva: Não

Prazo Inicial: 20/02/2020 20/02/2020 Data Aplicação:

Número do Processo: 2020/173659(7417) Número do Contrato: 2019.7421.3694

Descrição/Justificativa: aplicada administrativa de Advertência sanção do

> descumprimento Cláusulas de do contrato 201974213694

Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II Motivo: Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II

UASG Sancionadora: 176019 - BB - CSL - BELO HORIZONTE (MG)

Impeditiva: Não

Prazo Inicial: 20/02/2020 Data Aplicação: 20/02/2020

Número do Processo: 2020/173659(7417) Número do Contrato: 2019.7421.3694

Descrição/Justificativa: Foi aplicada multa por inexecução no valor de R\$ 4.500,00

> descumprimento de cláusulas do contrato 2019.7421.3694

Ocorrência 22:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I

Motivo: Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I

UASG Sancionadora: 176019 - BB - CSL - BELO HORIZONTE (MG)

> Impeditiva: Não

Prazo Inicial: 04/06/2020 Data Aplicação: 04/06/2020

Número do Processo: 2020/177052(7417) Número do Contrato: 201974213694

Descrição/Justificativa: Descumprimento da Cláusula Primeira - (Caput e Parágrafo Sexto); Cláusula

> Segunda - (Parágrafo Terceiro); Cláusula Décima (Parágrafo Quinto); Cláusula Décima Quarta, Documento n 03 - Seção III itens 1.1 "a" e "d" e Documento

n 08 do contrato 2019.7421.3694

Emitido em: 20/06/2022 10:41 6 de

Ocorrência 23:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II

Motivo: Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II

UASG Sancionadora: 176019 - BB - CSL - BELO HORIZONTE (MG)

Impeditiva: Não

 Prazo Inicial:
 04/06/2020

 Data Aplicação:
 04/06/2020

Número do Processo: 2020/177052(7417) Número do Contrato: 201974213694

Descrição/Justificativa: Descumprimento da Cláusula Primeira - (Caput e Parágrafo Sexto); Cláusula

Segunda - (Parágrafo Terceiro); Cláusula Décima (Parágrafo Quinto); Cláusula Décima Quarta, Documento n 03 - Seção III itens 1.1 "a" e "d" e Documento n 08 do contrato 2019.7421.3694, Valor da Multa R\$10.500,00 (dez mil e

quinhentos reais).

Ocorrência 24:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I

Motivo: Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I

UASG Sancionadora: 148002 - CORREIOS SEDE

Impeditiva: Não

 Prazo Inicial:
 24/08/2020

 Data Aplicação:
 24/08/2020

Número do Processo: 53180025852202057 Número do Contrato: CARTA SEI 16778847

Descrição/Justificativa: A licitante não encaminhou os documentos de habilitação no prazo de até 08

horas úteis conforme subitem 7.10 do edital. LICITAÇÃO CORREIOS N.ª

7 de

19000002/2019 - SE/PA

Emitido em: 20/06/2022 10:41



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 00.654.914/0001-76 DUNS®: 915895676

Razão Social: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA

Nome Fantasia: SENENGE CONSTRUCAO

Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.

Emitido em: 20/06/2022 10:41 1 de



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 00.654.914/0001-76 DUNS®: 915895676

Razão Social: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA

Nome Fantasia: SENENGE CONSTRUCAO

Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Entidades de Classe

Entidade e UF	Nª Registro	Data de Validade
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ	000000676-3	31/03/2020

Emitido em: 20/06/2022 10:41 1 de



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 00.654.914/0001-76 DUNS®: 915895676

Razão Social: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA

Nome Fantasia: SENENGE CONSTRUCAO

Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Emitido em: 20/06/2022 10:41



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 20/06/2022, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA

00.654.914/0001-76

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 80, § 20 da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 20/06/2022

Selo digital de segurança: 2022.CTD.BWMX.6U3T.WCS4.MMGO.KE04

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

Página 1 de 1 20/06/2022 10:42:00



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA

CPF/CNPJ: 00.654.914/0001-76

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:41:37 do dia 20/06/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: UR1J200622104137

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 00.654.914/0001-76 Certidão nº: 19372941/2022

Expedição: 20/06/2022, às 10:15:53

Validade: 17/12/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.654.914/0001-76**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.